

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 166.595 - RJ (2012/0077073-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : ESTER DA SILVA SANTOS E OUTROS**  
**ADVOGADO : GUSTAVO MACIEL BECKER E OUTRO(S) - RJ081369**  
**AGRAVANTE : RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA**  
**ADVOGADO : CAMILA OLIVEIRA MAZZARELLA E OUTRO(S) - RJ129434**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

*RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. DIREITO INTERTEMPORAL. ART. 2028 DO CC. AGRAVO RETIDO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL QUE SE REJEITA. CAUSA MADURA. RÉ QUE AFIRMA NÃO SER PROPRIETÁRIA DO CAMINHÃO QUE CAUSOU O ACIDENTE. INVERACIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LÓGICA DO EVENTO. COMPROVAÇÃO DE QUE DO FATO TRANSCORRERAM AS LESÕES QUE OCASIONARAM A MORTE DO PAI DOS AUTORES. NEGLIGÊNCIA AO TRANSPORTAR MERCADORIA EM VIA PÚBLICA, NÃO ACONDICIONADA DEVIDAMENTE, CAUSANDO O FATÍDICO ACIDENTE. RÉU QUE NÃO TROUXE AOS AUTOS OS FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS E EXTINTIVOS DO DIREITO ALEGADO, NÃO PODENDO SE EXIMIR DA SUA RESPONSABILIDADE. COMPROVAÇÃO DO ILÍCITO, DO NEXO CAUSAL E DO DANO. DANOS MORAIS, ACRESCIDOS DOS JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO RETIDO E PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO (fl. 281).*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A petição de recurso especial aponta ofensa aos arts. 18, 21, 535, II, e 458, II, do CPC/73 e 17 e 27 do CDC,

A recorrente alega prestação jurisdicional incompleta, aduzindo que o tribunal de origem deixou de esclarecer questões suscitadas em embargos de declaração, relativas aos arts. 17 e 27 do CDC e 18 e 21 do CPC/73.

Afirma que, "*levando-se em consideração que a condição da vítima é a de consumidor por equiparação, à ela, à sua viúva e aos seus descendentes se aplica o prazo prescricional insculpido no art. 27 do CDC*" (fl. 321).

Acrescenta que sua atuação no feito "*não se coaduna como litigante de má-fé, cabendo salientar que se limitou a reproduzir todas as informações constantes do Boletim de Ocorrência em um pequeno trecho da defesa, jamais se utilizando desta informação para arguição de sua ilegitimidade passiva, ou culpa exclusiva de terceiro, ou seja, para negar a sua responsabilidade*" (fl. 322).

Sustenta que os recorridos decaíram em parte substancial de seus pedidos, devendo ser observado do art. 21 do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 474/497.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Na origem, trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada, em 2009, por filhos de vítima de acidente de veículo, ocorrido em 19.3.1991.

O acórdão recorrido condenou a recorrente "*a pagar aos autores, em partes iguais, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com juros a partir da citação e correção monetária a contar [daquela] data, acrescido dos honorários advocatícios, que arbitro[u] em 10% do valor da condenação*", bem assim, "*a pagar aos autores 1% do valor da causa, diante da litigância de má-fé, na forma do art. 18 do Cód. de Proc. Civil*" (fl. 289).

A recorrente, sustentando ausência de prestação jurisdicional completa, alega que o tribunal de origem deixou de esclarecer questões suscitadas em embargos de declaração, relativas aos arts. 17 e 27 do CDC e 18 e 21 do CPC/73.

Aduz que opôs embargos declaratórios, "*requerendo que o tribunal de origem enfrentasse o caso em debate à luz do dispostos nos artigos 17 e 27, ambos da Lei nº 8.078/90, bem como os artigos 18 e 21, ambos do CPC para efeito de*

*prequestionamento*", entretanto, o aresto impugnado *"não esclareceu as questões suscitadas"* (fl. 318).

Pela leitura do acórdão recorrido, verifica-se que a alegação do agravante revela seu inconformismo com o não acolhimento de suas teses, mas não evidencia omissão no julgado. O tribunal local dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, com fundamentação suficiente à resolução da controvérsia, o que afasta a alegada ofensa ao artigo 535 do CPC/73. Vale destacar trechos da fundamentação da Corte de origem:

*A matéria dos autos é de responsabilidade subjetiva, não se aplicando o CDC, em que pese o fundamento da sentença que declarou a prescrição quinquenal, na forma do art. 27 da Lei 8.078/1990, in verbis:*

*"Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria."*

*Depreende-se da norma em comento que a sua aplicação abrange apenas o fato e o vício do serviço, não sendo razoável a aplicação extensiva da lei em afronta a pretensão autoral.*

*Não é demais frisar que a interpretação adotada pelo Juízo monocrático não atinge a visão sistemática das normas que regulamentam a hipótese, fazendo perecer de forma precoce o direito dos autores, pois o legislador, quando criou a lei consumeirista, teve como escopo fomentar as relações de consumo, visando garantir o direito de crescente parcela da sociedade, o que, com certeza, não se adequa a relação jurídica existente (fl. 282).*

*Nada a rever na decisão recorrida que aqui se ratifica por se próprios fundamentos, desta fazendo parte integrante, na forma permissivo regimental.*

*O julgado atacado deixou claro que a conduta processual da ora primeira embargante, não é consentânea com a boa-fé e a lealdade que se espera das partes, dever que lhes é imposto, inclusive, no art. 14 do Código de Processo Civil...*

*(...)*

*Não merece ser acolhida a interpretação que a ré quer emprestar ao segundo parágrafo de fls. 79, no sentido de que teria, tão somente, reproduzido determinado documento indicando fato que se sabe inverídico.*

*A ré, conquanto tenha firmado sua defesa na inexistência de nexo de causalidade, de modo inequívoco faltou com a verdade, a afirmar, sem titubeio, que o caminhão supostamente envolvido no acidente era de propriedade de outra empresa, e não seu.*

*No que respeita à aplicação do art. 21 do CPC, não há dúvida de*

*que os juros de mora, como acessórios, tem o mesmo destino do principal, a indenização.*

*Assim é que, ao não reconhecer que os autores tenha sucumbido na maior parte do seu pedido, mas, ao contrário, que houve sucumbência total da ré, a decisão ombreou-se à jurisprudência majoritária, consagrada na súmula 105 do TJERJ...*

*(...)*

*Ora, se os autores não sucumbiram em função da fixação da indenização por danos morais - o principal - quando formularam pedido genérico (fls. 5, item 'a'), não há razoabilidade em surpreendê-los em sede de sucumbência, apenas porque limitado o acessório (fls. 309/310).*

Prosseguindo, a parte recorrente sustenta ser de cinco anos o prazo prescricional, ao argumento de que a vítima é consumidor por equiparação, devendo ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor. Tal alegação não é capaz de refutar efetivamente a fundamentação do acórdão recorrido, que decidiu a respeito da prescrição considerando que a matéria é de responsabilidade subjetiva, não se aplicando o CDC, o qual abrange apenas o fato e o vício do serviço. Lê-se no julgado:

***Cuida a hipótese de acidente de veículo, ocorrido no dia 19.03.1991, que vitimou o pai dos autores, tendo sido a presente ação proposta no dia 11/03/2009.***

*Consta da inicial que o pai dos autores, na época, com 65 anos de idade, foi atingido por um cilindro que se desprende do caminhão da empresa ré, vindo a falecer.*

***A matéria dos autos é de responsabilidade subjetiva, não se aplicando o CDC, em que pese o fundamento da sentença que declarou a prescrição quinquenal, na forma do art. 27 da Lei 8.078/1990, in verbis:***

*"Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria."*

***Depreende-se da norma em comento que a sua aplicação abrange apenas o fato e o vício do serviço, não sendo razoável a aplicação extensiva da lei em afronta a pretensão autoral.***

*Não é demais frisar que a interpretação adotada pelo Juízo monocrático não atinge a visão sistemática das normas que regulamentam a hipótese, fazendo perecer de forma precoce o direito dos autores, pois o legislador, quando criou a lei consumerista, teve como escopo fomentar as relações de consumo, visando garantir o direito de crescente parcela da sociedade, o que, com certeza, não se adéqua a relação jurídica existente.*

*Afastada a interpretação equivocada do Código do Consumidor,*

*ocorrido o acidente sob a vigência do Código Civil de 1916, cabe a análise do direito intertemporal, regulado pelo art. 2028 do atual Código Civil:*

*"Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais de metade do tempo estabelecido na lei revogada".*

***Assim, tendo em vista que, da data do fato, dia 19.03.1991, até a entrada em vigor do novo Código Civil, dia 11.01.2003, transcorreram mais de dez anos, portanto, mais da metade do estipulado pela norma que regula o direito intertemporal, aplica-se, in casu, a prescrição vintenária, diante do disposto no art. 177 do Código Civil de 1916, sendo esta a interpretação do nosso Tribunal:***

*Responsabilidade civil. Ação de indenização por danos material e moral decorrentes da morte do filho dos Autores, vítima de acidente de trânsito que teria sido causado por veículo conduzido pelo preposto da Ré. Improcedência do pedido. Apelação dos Autores. Contra razões requerendo a apreciação de agravo retido interposto contra decisão que rejeitara a prejudicial de prescrição. Acidente de trânsito ocorrido em 1986, quando ainda vigorava a prescrição vintenária do artigo 177 do Código Civil de 1916, observada pelos Apelantes. Rejeição do agravo retido. Evento anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988. Responsabilidade subjetiva. Dano e nexo de causalidade que ficaram comprovados. Ausência de prova da condição de passageiro do filho dos Apelantes. Provas documental e oral que nada esclarecem quanto à mecânica do acidente. Inexistência de prova de qualquer conduta culposa do preposto da Ré que tivesse sido causa do evento, afastando o dever de indenizar. Desprovimento da apelação. 0064264-05.2006.8.19.0004 (2009.001.24436) – APELAÇÃO. DES. ANA MARIA OLIVEIRA - Julgamento: 14/07/2009 - OITAVA CAMARA CÍVEL (grifo nosso)*

*(...)*

*Neste diapasão, não abatida a pretensão autoral pelo fenômeno da prescrição, merece análise o agravo retido de fls. 111/115 que versa sobre a preliminar de inépcia da petição inicial (fls. 282/285).*

Em recurso especial, sob pena de ser inadmitido o inconformismo, a parte tem que apresentar, de modo inequívoco, os dispositivos violados, bem como os argumentos, com a finalidade de demonstrar, com clareza, a ofensa praticada pelo acórdão impugnado. O recorrente deve desenvolver argumentação capaz de refutar a

fundamentação do acórdão recorrido, o que, no caso, não ocorreu.

Aduz ainda a recorrente que, *"para aplicação da pena de litigância de má-fé prevista no artigo 18 do CPC, indispensável é a prova do prejuízo sofrido pela parte contrária, o que não se vislumbra in casu, na medida em que o fato do veículo envolvido no acidente ser ou não de propriedade da Recorrente não influenciou no julgamento do feito, até porque em primeiro grau de jurisdição o Juízo monocrático julgou improcedente a pretensão autoral, diante da prescrição extintiva, prevista no artigo 27 do CPDC"* (fl. 322).

O tribunal *a quo*, com base no conjunto fático-probatórios dos autos, concluiu pela configuração de litigância de má-fé. Destaca-se, a propósito, no julgado:

*Apresentada a contestação (fls. 74/86), o réu negou a sua responsabilidade, afirmando que o caminhão supostamente envolvido no acidente não era de sua propriedade, todavia, às fls. 137/147, os autores juntaram a alteração contratual da empresa, comprovando que esta incorporou a sociedade proprietária do caminhão citado na inicial.*

*A negativa de propriedade do veículo que é objeto da presente demanda, pela empresa ré, caracteriza-se como aviltante à boa-fé, servindo como elemento procrastinador e desleal, encontrando-se a hipótese abarcada pelo art. 18 do Cód. de Proc. Civil (fl. 286).*

*O julgado atacado deixou claro que a conduta processual da ora primeira embargante, não é consentânea com a boa-fé e a lealdade que se espera das partes, dever que lhes é imposto, inclusive, no art. 14 do Código de Processo Civil...*

*(...)*

*Não merece ser acolhida a interpretação que a ré quer emprestar ao segundo parágrafo de fls. 79, no sentido de que teria, tão somente, reproduzido determinado documento indicando fato que se sabe inverídico.*

*A ré, conquanto tenha firmado sua defesa na inexistência de nexo de causalidade, de modo inequívoco faltou com a verdade, a afirmar, sem titubeio, que o caminhão supostamente envolvido no acidente era de propriedade de outra empresa, e não seu (fl. 310).*

Nesse contexto, eventual reforma do acórdão recorrido, nos moldes postulados pelo recorrente, demandaria necessariamente revolvimento de matéria fática, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ). Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. REVISÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SÚMULA**

*7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. No presente caso, descabe a esta Corte apreciar as razões que levaram as instâncias ordinárias a aplicar a multa por litigância de má-fé prevista nos artigos 17 e 18 do CPC quando for necessário rever o suporte fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.*

*(...)*

*3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 426.707/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, DJe, 10.2.2015).*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC). AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS PAGAS, RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL EM AÇÃO ENVOLVENDO RELAÇÃO DE CONSUMO. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA.*

*1. Descabe a esta Corte Superior de Justiça apreciar as razões que levaram as instâncias ordinárias a aplicar a multa por litigância de má-fé (arts. 16, 17 e 18 do CPC), porquanto seria necessário rever o suporte fático-probatório dos autos, o que se revela inviável face a incidência do óbice da súmula 7/STJ. Precedentes.*

*2. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 664.753/PR, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, DJe, 15.6.2015).*

Por fim, a insurgência recursal aponta ofensa ao art. 21 do CPC/73, sustentando que a parte autora decaiu em parte substancial de seus pedidos. Tal alegação não é suficiente para afastar a motivação do acórdão recorrido, segundo o qual houve sucumbência total da recorrente. Confira-se:

*No que respeita à aplicação do art. 21 do CPC, não há dúvida de que os juros de mora, como acessórios, tem o mesmo destino do principal, a indenização.*

*Assim é que, ao não reconhecer que os autores tenha sucumbido na maior parte do seu pedido, mas, ao contrário, que houve sucumbência total da ré, a decisão ombreou-se à jurisprudência majoritária, consagrada na súmula 105 do TJERJ...*

*(...)*

*Ora, se os autores não sucumbiram em função da fixação da indenização por danos morais - o principal - quando formularam pedido genérico (fls. 5, item 'a'), não há razoabilidade em surpreendê-los em sede de sucumbência, apenas porque limitado o*

*acessório* (fls. 309/310).

Ademais, para modificação do entendimento lançado no acórdão recorrido seria necessário reexame do contexto fático-probatório dos autos, vedado em nesta via especial (Súmula 7/STJ).

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator

